

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 28 de maio de 2024 - Ata n.º 46.

Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Tercílio Turini** (na função de 1.^º Secretário) e **Luiz Fernando Guerra** (na função de 2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **46.^a Sessão Ordinária da 2.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão de Prestação de Contas do Quadrimestre, com a presença do Secretário de Estado Norberto Ortigara. Convido o Sr. 2.^º Secretário, Deputado Guerra, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Fernando Guerra - UNIÃO): (Procedeu à leitura da Ata da 45.^a Sessão Ordinária, de 27 de maio de 2024.) É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Em cumprimento à Lei Complementar Federal n.^º 101, de 4 de maio de 2000, Lei Responsabilidade Fiscal, art. 9.^º, §4.^º, declaro aberta a **Audiência Pública de Prestação de Contas do Primeiro Quadrimestre de 2024 da Secretaria da Fazenda**. Comunico aos Sr.^s Deputados que o Secretário Norberto Ortigara terá 30 minutos de apresentação, mais 15 minutos de prorrogação, só podendo ser aparteado durante a prorrogação de 15 minutos. Solicito aos Sr.^s Deputados que

pretendam participar com perguntas ao Secretário que encaminhem à Mesa o seu nome, para os possíveis questionamentos na sequência. O Deputado, como sempre, terá cinco minutos para formular o aparte, e o Secretário terá cinco minutos para responder. A réplica tem três minutos improrrogáveis. Registro a presença aqui, além do Secretário Norberto Ortigara, também do Sr. Luiz Paulo Budal Pedroso, que é o Diretor-Geral da Secretaria; da Sr.^a Suzane Gambetta Dobjenski, Diretora da Receita Estadual; da Sr.^a Gisele de Carvalho Carloto Rodrigues, Diretora de Contabilidade Geral do Estado; da Sr.^a Euziane de Souza Campos, Diretora Coordenadora de Orçamento e Programação em exercício; do Sr. Emanuel de Lima Cavalar, assessoria do gabinete do Secretário; do Sr.^a Carin Caroline Deda, assessora da Diretoria do Tesouro do Estado; do Sr. Tomaz Lucas Santos Leal, assessor econômico do gabinete do Secretário; do Sr. Luiz Geraldo Mazza Neto, assessor de imprensa; do Sr. João Paulo Pimentel, assessor de imprensa também; e do Sr. Marcelo Vilela de Carvalho Costa, Secretário Executivo da Comissão de Orçamento da Alep. Concedo a palavra, neste momento, ao Secretário Ortigara, para as suas exposições.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Boa tarde a todos. Saúdo o Sr. Presidente Ademar Traiano e agradeço pela oportunidade de estar aqui pela primeira vez. Saúdo os Sr.^s membros da Mesa, o Deputado Guerra, o Deputado Tercilio; saúdo a Liderança do Governo; saúdo o Presidente e os membros da Comissão de Orçamento; saúdo os Sr.^s e as Sr.^{as} Deputados nesta Sessão importante. Como disse agora pouco, muito mais do que cumprir a Lei Complementar n.^º 101, que é uma obrigação nossa, estamos aqui em nome do Estado do Paraná, do Executivo, para prestar contas, para uma conversa em torno de um primeiro quadrimestre, que já falo que pode ser reputado como bom. Quero saudar a minha equipe aqui presente, especialmente, pela primeira vez na história quase bicentenária da Receita Estadual, pela primeira vez uma mulher está comandando. Então, torcendo para que tenhamos de fato uma continuidade de bom trabalho e procurando aperfeiçoar os métodos. À minha direita aqui Luiz Budal, que vai depois, na sequência, sem nenhum prejuízo de qualquer discussão, fazer a apresentação formal dos dados da execução, da receita e da

despesa. E eu vou procurar, em alguns minutos, dar uma visão panorâmica aos Sr.^s e Sr.^{as} Deputados sobre o que estamos vendo na economia, que tem a ver com o pano de fundo do desempenho dos Poderes, especialmente também do Executivo. O Presidente Traiano falou improrrogáveis, mas agora com o VAR sempre dá para esticar. No ano passado, em 2023, os Sr.^s e Sr.^{as} Deputados sabem que tanto o Brasil quanto o Paraná tiveram bons desempenhos no que toca ao crescimento, muito embora todos saibamos que o Brasil pode e precisa mais. Aqui não tem nenhuma visão ideológica. O Brasil precisa mais, pode mais se o Brasil conseguir superar algumas amarras históricas, mesmo assim o Brasil cresceu 2,9 ano passado e o nosso Estado, fruto de uma boa combinação de coisas, cresceu 5,8%. Nós ganhamos participação relativa na riqueza nacional, fruto do trabalho dos produtores rurais, das empresas, de todo setor da economia do Estado do Paraná. Esse é um dado relevante que mostra – muito fruto daquilo que acontece lá no interior, muito –, que houve uma puxada para cima do produto. Embora a participação relativa do agro direto seja pequena, ele movimenta toda economia – pequenas, médias, as grandes cidades –, dá a dinâmica econômica à nossa agroindústria. E ao ter crescido quase 26%, 11 pontos mais do que o crescimento do agro no Brasil, permitiu que nós tivéssemos esse crescimento consistente de 5,8%. Na visão do Banco Central, no índice de atividade econômica, um crescimento ainda mais qualificado de 7,8%. Esse não é o quadro mais objetivo que esperamos para 2024, não. Todos os senhores sabem que temos um setor que reputamos o maior negócio do Brasil e do Paraná, que é ser bom produtor de alimentos e fibras, e é um setor que está estressado especialmente pelo estrago causado pelo clima na nossa produção de grãos, que é um setor relevante. A produção de grãos no Brasil cai este ano acima de quase 8% e a produção de grãos aqui no Paraná cai acima de 14, quase 15%, ainda não computados os efeitos totais do grande desastre havido na minha terra, Rio Grande do Sul, terra de origem, onde tem lá muita perda ainda por considerar em torno de soja fim de colheira, arroz fim de colheita, e desse movimento que está havendo aí em função de preços e custos, que é a redução dos cultivos de cereais de inverno. Mesmo assim teremos, tanto no

Brasil quanto no Paraná, uma safra absolutamente grande, muito perto de 295 milhões de toneladas lá, muito perto de 40 milhões de toneladas aqui, mostrando a força. O setor, que é o mais interessante, porque usa grãos para fazer outras coisas de valor agregado, é o setor que tende a continuar crescendo. Ou seja, provavelmente quase com certeza, a nossa produção de proteína animal Brasil e Paraná continuará crescendo em 2024. Certeza que cresce peixe; certeza que cresce frango ainda; certeza que cresce fortemente suínos. Agora mesmo, na Presidência, discutindo lá com o Governo Chinês, o Governador do Estado Ratinho Júnior, essa possível certificação chinesa para o Rio Grande do Sul e para o Paraná no que toca à velha febre aftosa, que conquistamos a sua liberação, esse conceito em 27 de maio de 2021, começando a colher frutos mais consistentes. Então, sopesando produção agrícola de um lado que tende a cair, embora setores ainda continuam dinâmicos, como madeira, como proteína animal, como a grande safra de café no Brasil, uma recuperação aqui no Paraná e outros setores, não temos convicção de crescer como crescemos o ano passado, Sr. Líder Hussein Bakri. Temos, provavelmente, uma força de crescimento menor em 2024 vis-à-vis 2023, tanto no Brasil. Embora no Brasil tenha havido uma recuperação importante da visão do conceito de possibilidade de crescimento. Quando olhávamos aquela leitura lá do final do ano passado e a leitura atual na metade de maio, provavelmente o Brasil possa crescer acima de 2%, 2,5%, os números estão sendo aperfeiçoados. O que estraga bastante ainda é a inflação fora do Brasil, especialmente a americana que mantém lá juros elevados, acima de 5%, 5,5%, o que exige da gente prudência no Brasil em manter a Selic. Aquilo que era certeza que ia para 9% lá em dezembro vai se manter, provavelmente, em juros mais elevados, com juros reais muito alto, para tentar segurar o dinheiro aqui dentro do Brasil e não fugir como fugiu bastante neste começo de ano. Então, são incertezas que temos de crescimento, talvez, um pouquinho maior que esperávamos do Brasil, talvez um pouco menor que fosse desejável no Paraná, e com essa visão de dificuldade fiscal enorme da União, taxa de juros elevada. E a taxa de juros elevada, os senhores e senhoras sabem, faz custar muito caro a dívida pública que, se não cuidar, passa dos 80%,

85% da riqueza nacional, o que é absolutamente não desejável. Mercado de trabalho aquecido tanto no Brasil quanto no Paraná. Mercado de trabalho é uma das menores taxas de desocupação no Brasil, abaixo de oito. E aqui no Paraná uma taxa que se compara às melhores do mundo, uma taxa abaixo de 4,0, 4,6. É a última leitura que temos de março, não publicado o dado de abril ainda. Então, temos ainda uma pressão no mercado de trabalho, provavelmente o que vai exigir reposicionamento salarial nas empresas, porque uma vai começar a roubar trabalhador de outra, tentando pagar mais para atrair. Senhores Deputados do interior sabem muito bem aquele vai e vem de ônibus todo dia para alimentar de trabalho as nossas agroindústrias, 100 km, 150 km de distância buscando gente. Então, é um setor que está... O setor de indústria e comércio mostra uma força maior neste ano do que tem mostrado o agro, embora eu repita que a produção agrícola e agroindustrial continua forte, grande, mas ela perdeu em relação. Olha, os senhores me conhecem, não tenho nenhum pudor em falar assim: vamos crescer fortemente no Brasil no agro até 2030, vamos ser muito mais relevantes, é o setor que traz grana do mundo, tanto para o Paraná quanto para o Brasil. E um dado apenas para ilustrar isso: no primeiro quadrimestre deste ano, por exemplo, Sr. Presidente, o nosso agro trouxe US\$ 5,2 bilhões líquidos, ou seja, exportou quase 6 bilhões, é um movimento histórico nunca visto em quatro meses, e importou apenas US\$ 700 milhões de dólares, o que fez fortalecer as reservas monetárias do País, através do ingresso de dólares, o que acabou mantendo um pouco o ambiente menos hostil. Os Sr.^s Deputados sabem que a União Federal tem, isso não é de agora, é de um prazo mais longo, está com uma dificuldade fiscal elevada, está com dificuldade de achar dinheiro. Foi feito o arcabouço fiscal, teve que mudar as metas de obter, em algum momento, superávit para não incorrer em custo do dinheiro, porque o custo do dinheiro a longo prazo voltou a crescer no Brasil, ou seja, encarecendo as coisas para todo mundo, mas é um ambiente que precisamos trabalhar duramente pelas Fazendas Estaduais, pela Fazenda Nacional, pelo conjunto de forças, para mantermos no bom trilho as nossas economias. Desemprego já falei. Enfim, esse é um breve panorama. Pela cooperação forte deste Parlamento, pela iniciativa do Executivo,

Sr. Presidente, há um esforço na atração ou na motivação de investimentos para adensarmos mais a economia. Os mais velhinhos como eu sabem que éramos uma economia redonda nos anos 90, mas sem ousadia para crescer. E com estratégicas, com políticas públicas, com políticas de incentivos, ingressando, inclusive, na guerra fiscal para não ficar para atrás dos outros, conseguimos atrair muito investimento e esses investimentos têm sido recordes nos últimos anos. Fruto assim de caixeiro viajante. Vender bem a imagem, o equilíbrio fiscal do nosso Estado, o ambiente político mais harmonioso, a capacidade de oferecer boas estruturas e bons incentivos têm trazido, felizmente, grandes investimentos. Ou motivado, como ontem foi anunciado aqui mais um investimento em um setor que está em crise, um setor que está em crise há dois anos, que é o setor de produção de leite, que foi objeto de uma sessão especial nesta Casa há poucos dias para debater a crise do leite. E tivemos um anúncio de um investimento de mais de R\$ 430 milhões em uma nova fábrica de leite em pó e outros derivados, que mostra que temos empresas, cooperativas e Governo visão estratégica. Não tem semana que não consigamos de alguma forma anunciar um tipo de investimento. E queria dizer aos Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas o seguinte: estava feliz na agricultura, é meu chão, todo mundo me conhece lá há muito tempo, mais ou menos, mas estou muito feliz onde estou podendo liderar uma grande equipe, que é para exatamente mantermos o equilíbrio e a solidez fiscal do Paraná. Isso não significa dizer que não estamos tendo dificuldades, há problemas, mas queremos construir estratégias tanto de receita quanto da despesa, quanto da dívida pública. Aliás, há um debate intenso entre o Ministério da Fazenda e os Sr.^s Governadores, através de suas Fazendas, na tentativa de reduzir o custo da dívida, embora o Paraná, os senhores saibam, tem uma dívida relativamente pequena quando comparada a São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás, etc. Então, é uma dívida bem administrada, com capacidade de pagamento, honrando os nossos compromissos assumidos a longo prazo. Então, temos assim essa missão de coordenar esse time. Também, para, pouco a pouco, modernizar as ferramentas que temos de relacionamento com quem produz, com a sociedade, com as empresas, com os contribuintes.

Obviamente, buscando rever, racionalizar toda a forma de coisas que, eventualmente, foram concedidas no passado e que não fazem mais sentido no tempo presente. Então, são assuntos que estamos muito atentos. Aliás, muito atentos mesmo à questão da regulamentação da reforma tributária, com vários grupos, times dedicados dentro do Confaz, dentro do Comsefaz, dentro da própria Receita e da Fazenda do Estado do Paraná, procurando construir um ambiente que defenda os legítimos interesses da população paranaense. Está lá a questão do Comitê Gestor, como é que a grana vai ser repartida no futuro: quem ganha, quem perde. Como é que faz isso? Então têm assuntos assim cabeludos. Tem assunto como, vou falar aqui já, a substituição tributária que outros Estados já desembarcaram, como é desembarcamos disso, eventualmente, sem quebrar o caixa do Estado. Tem a questão aí colocada, votada por este Parlamento, a questão do nosso modal mais elevado, 19 e meio, que era uma tentativa de primeiro acabar com o Funrep, que acabamos por lei, Lei Complementar n.º 222. E segundo como é que defendemos a nossa média lá para frente que não sabemos ainda nem a que período se referirá, para defender assim que não percamos por década a fio lá na frente essa capacidade do paranaense produzir riqueza e ter que mandar embora muita riqueza, tendo em vista a cobrança no destino a partir, assim que entrar em vigor o IBS. Então é esse o quadro, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, que eu, sinteticamente, procurei fazer, pintar aos senhores. E agora pediria ao Luiz, que é especialista na área. Na próxima vez eu faço, vou me arriscar a fazer. Embora conheça todos os números, já fiz lá uma imersão forte na Fazenda nesses últimos 20 dias. Então o Luiz vai procurar mostrar aos senhores como é que foi, objetivamente, o comportamento: receita, despesa, investimento, dívida, etc, mostrando com clareza a leitura que nós da Fazenda Estadual estamos fazendo acerca das contas públicas do Estado do Paraná, Sr. Presidente.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Boa tarde, Deputados, Deputadas, Presidente, Mesa que está aqui presente. Antes de mais nada é uma satisfação voltar a esta Casa, da qual fiz parte, trabalhei por três anos e meio aqui na Assembleia. Casa que aprendi a respeitar muito, Presidente, que realmente representa os 11 milhões e

600 mil paranaenses. De maneira sintética, vou apresentar o resultado fiscal do primeiro quadrimestre do Estado. Primeiro tivemos um crescimento bastante acentuado da receita corrente na casa real de 13,8%. O ICMS cresceu 15,5%. Explico: tivemos o retorno da Tusd que não estava sendo cobrada em 2023, foi um dos motivos que cresceu a arrecadação do Estado, principalmente de ICMS. Também tivemos o aumento da alíquota *ad rem* dos combustíveis, que impactou também a *ad rem*, que é da gasolina, por exemplo, saiu de 1,22 para 1,37 por litro. O diesel também subiu, o aumento foi na casa de 12,5%. Aqui trouxe a arrecadação de ICMS por setor. Notamos aqui que é exatamente o que eu falei no slide anterior: combustíveis cresceu 712 milhões – o crescimento real em relação ao ano passado; energia 525...

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Real?

SR. LUIZ PAULO BUDAL: É, crescimento acumulado real. Bebidas, eletroeletrônicos e setor automotivo – aqui por setores notamos um crescimento justamente na *ad rem* e na questão do retorno da Tusd. Partindo agora para o lado das despesas, despesas empenhadas, nós também tivemos um crescimento das despesas correntes, real, de 17,3%. O crescimento das despesas de pessoal 6,2%, fruto obviamente das reestruturações, as oito reestruturações que o Estado passou ano passado, em agosto, que agora começam a refletir já no aumento real na despesa de pessoal. Tivemos também o aumento de juros, encargos da dívida, na casa de 35%, uma antecipação dos valores empenhados para o exercício. E aqui um destaque às despesas correntes, ODC, do Estado, também com um crescimento aí real acima de 30%. É um ponto de atenção para o Estado do Paraná que, com certeza, será um ponto de atenção da gestão do Secretário Norberto à frente da Fazenda. Aqui trouxe os investimentos, estava no slide anterior, que praticamente é uma prioridade também agora, a partir de 2024, do Governo, tivemos um crescimento acima de 300% de janeiro a abril em relação a janeiro a abril de 2023. Para termos uma ideia, em 2019, 462 milhões, agora, no primeiro quadrimestre, quase dois bilhões, ou seja, em relação a 23, um crescimento aí de quase 100%, praticamente dobramos os investimentos. Aqui os investimentos por função. Urbanismo: um crescimento real bastante acentuado,

também acima de 500%, aqui é o Programa Asfalto Novo, Vida Nova já refletindo aqui no crescimento. Setor de transportes também crescendo 10%, saúde, função judiciária, Poder Judiciário aqui também tendo um crescimento acentuado nos investimentos. Aqui a ODC, já falei em alguns slides anteriores, também o crescimento aqui por função: saúde, transporte, educação. Recentemente, agora, dia 27 de maio, o Estado soltou um Decreto, é o Decreto n.^º 5919, que cria um limitador para o crescimento das despesas de ODC. A ODC, basicamente, são outras despesas correntes, é tudo que é despesa corrente que não é folha, ou seja, a ideia é que o ODC do Estado cresça apenas 80% do que crescer a receita corrente líquida, ou seja, foi baseado no novo Arcabouço Fiscal da União e é um Decreto que nós prevemos que ajude o Estado a criar poupança corrente, para aumentarmos ainda mais o nível dos investimentos do Estado do Paraná. Resultado orçamentário também aqui tivemos um déficit. Basicamente, o Estado antecipou a liberação orçamentária, muita despesa não empenhada aqui reflete em um déficit no resultado orçamentário. O resultado primário do Estado: um crescimento de 4 bilhões para 5,2, aqui basicamente é despesa e receita, menos o serviço da dívida, sem considerar a dívida do exercício – também um resultado muito positivo do primeiro quadrimestre. Resultado previdenciário do Estado também há um resultado melhor do que 2023, baseado na busca do Comprev junto à União. Um trabalho fantástico está sendo feito pela ParanaPrevidência, que, diga-se de passagem, é o melhor sistema de previdência do Brasil, posso falar com propriedade sobre isso. Realmente conseguimos retornar 400 milhões de contribuições que foram para a União e que são do Estado do Paraná. Então, realmente melhorou o nosso resultado, mas, mesmo assim, temos uma insuficiência financeira, que é o que entra no caixa do ParanaPrevidência e o que precisa para pagar as aposentadorias, na casa de 2 bilhões.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, assim: o Paraná conseguiu protocolar e tornar líquidos na União 40 mil processos na compensação previdenciária. Celetistas que eram do Estado, que foram para a União ou vice-versa, e que eram celetistas que vieram para o Estado no regime de servidor efetivo, estatutário, e nenhum Estado do Brasil fez

isso. E temos lá 40 mil processos homologados e isso gerou já caixa, 430 milhões no primeiro quadrimestre. Tem lá um estoque de cerca de R\$ 2 bilhões e tem um fluxo que se aproxima de R\$ 6 bilhões. Nas negociações que estão acontecendo com o próprio Ministro Fernando Haddad e na nova lei que estamos propondo, até há a possibilidade lá na frente de permutarmos a dívida, pagar a dívida, dependendo muito do custo de cada um – do nosso custo da dívida e do custo para a União de atualizar esses valores. É um trabalho importante porque, naturalmente, boa parte dessa grana é caixa do Tesouro do Estado, o que reduz a necessidade de morder todo mês a insuficiência que vai pagar aposentados e pensionistas do Fundo Militar e do Fundo Financeiro, que são os dois fundos de repartição simples que nós temos. Então, só detalhando um pouco mais, isso ajudou bastante no desempenho financeiro das receitas e, também, das despesas no primeiro quadrimestre.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Perfeito, Secretário. Aqui vamos trazer o saldo da dívida do Estado do Paraná. Dívida que, em dezembro de 2022, representava 32 bilhões, agora está na casa de 28 bilhões. Aqui a dívida que caiu foi a dívida de 4 bilhões com o Banestado/Itaú, foi um acordo que o Estado fez para poder de certa forma transformar a Copel em uma corporação. Então, de certa forma, reduziu bastante aqui o estoque da dívida do Estado do Paraná. Aqui, a nota da Capag. O Estado do Paraná é nota “B” atualmente, baseado na Capag de 2023. Em 2024, agora, vai sair a nota baseada em 23, e existe uma estimativa que conseguimos, de acordo com os cálculos dos técnicos da Secretaria da Fazenda, a nota “A”, em 2024. Depois de muita busca da gestão anterior da Secretaria da Fazenda, será conquistada agora no exercício em 2024. É o que avaliamos, é o que as simulações demonstram. A avaliação do cumprimento das regras fiscais: aqui, basicamente, os limites. Temos uma dívida consolidada líquida, hoje, negativa. Recentemente, o Governador comentou sobre isso, ou seja, temos mais caixa do que a dívida. Operações de crédito também o limite é bastante baixo. Garantias concedidas também. Aqui são os limites constitucionais de educação e saúde. Assim, Sr.^s Deputados e Deputadas, nós, diferente de outras apresentações do primeiro quadrimestre, até porque mudamos um pouco o fluxo de liberações,

antecipamos muitas liberações, o Estado já consegue extrapolar, em 2024, no primeiro quadrimestre, em educação já gastou 32% e saúde já acima de 14%. Então, realmente, o Estado acelerou a execução, em 2024, em saúde e em educação nos limites. Então, estamos acima do que a Constituição exige. Despesa com pessoal...

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Tanto na educação geral estamos com 2,8 pontos, acima dos 30%; e no ensino fundamental e médio também 2,2 pontos, acima dos 25, estamos com 27,2. Na saúde estamos com aplicação de 14, estamos acima do que é exigido, para também dar mais capacidade de planejamento na ação de saúde e no reforço que vem sendo dado em várias regiões, em várias atividades, mostrando que não precisa esperar o dia 28, 31 de dezembro, para, rapidamente, Dr.^a Márcia Huçulak, comprovarmos que fizemos o dever de casa. Então, estamos dando condições aos gestores de saúde a fazer um planejamento um pouco mais tranquilo, ao longo do tempo, cumprindo obviamente o compromisso legal de aplicar no mínimo os 12%.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Despesa com pessoal, também, o Estado, basicamente, no mesmo percentual de 2023, 42,01 para 41,99. Aqui têm algumas questões contábeis, que realmente vão aumentar um pouco esse limite, que pode chegar até 43%. Enfim, Sr.^s Deputados, seriam esses os dados fiscais e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Aquilo que o Budal não falou, assim, estamos bem-comportados, mas esse número é de pessoal 41,99, por deficiência de Sistema Siafic. Ele não está fazendo apropriação de 1/12 do 13.^º salário, Dr.^a Gisele? Isso. Então, assim, ele vai na prática é um número maior, provavelmente, no próximo quadrimestre tenhamos já condição. Mas é um índice que ainda respeita, obviamente, o limite de alerta, o limite prudencial, que temos que levar meio a “ferro e fogo” isso. Você falou uma outra coisa que era uma ameaça aí atrás. Os Sr.^s Deputados e as Sr.^{as} Deputadas sabem também que tramita no Supremo uma grande ameaça ao Estado do Paraná, fruto lá do não cumprimento até agosto de 23 de leis de data-base do Paraná. Isso foi para tentativa de

conciliação, a partir do Ministro Fachin, que o Estado do Paraná não abraçou a proposta e volta para discussão. Provavelmente, vá para julgamento na turma do Supremo e que tem a possibilidade de trazer um rombo de 12,6 bilhões. Provavelmente, boa parte é RPV, uma grande parte virando precatório, o que elevaria o nosso nível de precatório, potencialmente, acima de 20 bilhões, o que de longe seria o maior do Brasil. Muito ruim isso. Então, todo o esforço jurídico, todo o esforço político, para... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, pode falar.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: A data-base, tudo aquilo que foi feito lá combinado, se concluiu em agosto de 23, inclusive com o firme apoio deste Parlamento na revisão de 11 planos de carreira, que acabou mostrando esse crescimento real de mais de 6% no gasto com pessoal, primeiro quadrimestre/24, comparativamente ao primeiro quadrimestre de 2023. Então, em rápidas palavras, e, sinteticamente, Sr. Presidente, Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas, é esse o quadro que viemos demonstrar aos senhores e senhoras, neste dia 28 de maio de 2024.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Abro já inicialmente para a primeira pergunta, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, em nome do Secretário Norberto, quero saudar aqui todos os membros da Secretaria da Fazenda do Estado. E colocar, Secretário, algumas preocupações que não são exatamente recentes, mas que percebemos que elas continuam. A subestimação de receita, por exemplo, é uma das coisas que temos batido, aqui, discutido desde o começo desta gestão do Governador, dos dois mandatos seguidos. A receita cresceu 12,1%, ao todo, a despesa cresceu 16,3, a despesa com pessoal, 6,2. Estamos hoje com 41,99, 42% com gasto de pessoal e o limite prudencial da LRF é 49, ou seja, dá para pagar a data-base com tranquilidade. As outras despesas correntes compreendem um aumento de 30%, o que reflete um governo com muitas terceirizações, o que vimos discutindo aqui, inclusive, na política. Há também um processo, além das despesas correntes, de diminuição, a única receita que diminuiu é a receita patrimonial. E eu quero perguntar para V.Ex.^a: a diminuição da

receita patrimonial é por conta da venda da Copel? Deixamos de receber os dividendos da Copel e, por isso, ela caiu? Um outro ponto que me deixa preocupado, mas é uma constatação do que vivemos do Governo do Estado, é que no investimento por função a educação caiu 31% de investimento: no ano de 2023, 149; agora, 106. Um outro dado que me preocupa ainda mais: gestão ambiental caiu de 102 para 54, 49%. Gestão ambiental envolve os processos de antecipação de problemas climáticos, caso Rio Grande do Sul, caso União da Vitória. Isso é constatação. Os números de V.Ex.^a com certeza não mentem. Esses números promovem o que o Governo não tem: uma visão voltada para o aprimoramento da educação, como colocado, e muito menos para gestão ambiental. As outras despesas correntes, com relação a 2022/2023 cresceram 18%; no ano de 23 para 24 cresceram 34%. Só nesse primeiro quadrimestre, 737 milhões. Se continuar nesse ritmo, no final do ano é 2,1 bi, R\$ 2,1 bilhões. Pergunto: é uma indicação do Governador exatamente essa prática política? Quanto ao Luiz, quando falamos de diminuição da dívida, não diminuímos a dívida. Entregamos a dívida do Itaú para facilitar a privatização da Copel. É isso que aconteceu. Não foi um Estado deficiente que pagou a sua dívida, não. Ele deu para poder fazer o processo da Copel, porque sabemos que a Copel tinha relações financeiras com o Banestado antigo. Então, não há uma diminuição de dívida, é uma entrega de patrimônio isso. Está contabilizado, embora corretamente, legalmente, mas moralmente não é isso que aconteceu. Temos que deixar isso aqui bem claro. Última pergunta, Secretário: qual é o gasto que planeja ter o Estado com relação às escolas que serão privatizadas? Qual é o repasse que vocês estão prevendo na Fazenda para as escolas? Obrigado. Parabéns pela apresentação. O formato ficou melhor do que a passada. E espero que os gastos na saúde, apontados em 14%, continuem firmes assim durante o ano todo e não só em dezembro. Obrigado.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Muito obrigado ao Deputado Chiorato. Só uma retificação, o senhor me permite? Limite prudencial é 46,55, não 49 como V.Ex.^a colocou. A considerar também, relembrando, que esse 41,99 que falamos no gasto com pessoal, eu repito, ele não inclui apropriação de 1/12 do 13.º/2024,

que tem aí a possibilidade de aumentar também em 1%. A Copel teria a tendência de perder seus três principais ativos, as suas três principais usinas, na defesa aí contra capitais externos. Ela se transformou em uma corporação. Desculpe, jogo de palavras para cá ou para lá, a dívida caiu. Aquilo que era mais de 4 bi do Itaú, que era uma dívida insana, ela foi paga por 1,8 bi. Ou seja, nós conseguimos na negociação, com a mediação inclusive do Supremo, chegar a um valor um pouco mais decente. É uma dívida histórica que foi paga, dívida que provém lá de trás de um monte de coisa, de esqueletos que fomos descobrindo depois, ao longo do tempo, do velho Banestado, que acabou virando Itaú, e que acabou nos levando a essa dinheirama, que mesmo sendo reduzido em mais da metade, ela acabou virando um dinheiro consistente, qualificado, de 1,8 bi. Com 1,8 bi nós fazemos muita coisa no Paraná. O efeito ainda da redução da participação acionária, que se mantém em torno de 27% do Estado do Paraná, na Copel, não está no caixa ainda. O que está no caixa é aquilo que foi pago lá, os 3,1 bilhões, que seletivamente vem sendo discutido e destinado para investimentos: como fizemos lá já para viabilizar o terreno para o terminal urbano de Londrina; como destinamos uma parte para obras mais definitivas, uma parte, por exemplo, para fazer o início da pavimentação Cerro Azul/Doutor Ulysses; como fizemos para a compra recente, liberada a semana passada, para blindados para a nossa segurança pública; como destinamos 150 milhões para a constituição de um fundo de alavancagem de dinheiro, um Fiagro, através de aumento de capital da Fomento Paraná, para viabilizar financiamento em estruturas, como irrigação, como silagem e outras, a construção de silos e armazéns no Paraná. E como se discute o que fazer a partir ou não da superação do nosso entendimento ou falta de entendimento com o Tribunal de Contas, já que a ideia original era o investimento em creches, em habitação popular, e esse entendimento ainda não está consolidado. Então, com muita prudência, estamos, de alguma forma, discutindo a melhor destinação daquilo que era de fato a nossa participação maior no capital e nas ações com direito a dividendos da Copel, e que nós temos no caixa uma boa parte desse dinheiro ainda, agora buscando aplicar da melhor forma, que se traduza necessariamente em investimento, e que seja investimento

durador. Eu particularmente, Norberto, gosto de coisa assim: se eu tinha um ativo bom e eu vendi, quero um ativo melhor, um ativo que possa fazer os efeitos mais duradouros na nossa infraestrutura, por exemplo, estradas, rodovias de qualidade, e tantas outras coisas que possamos fazer. Luis, quer complementar?

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Deputado Arilson, só para complementar a questão da receita patrimonial. Uma parte dela é em relação à queda da Selic também. Então, depois, Deputado, passamos também o descriptivo de todas as receitas patrimoniais para o gabinete do Deputado.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Eu acho que fiquei devendo uma resposta.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Sobre a questão das escolas.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Nenhum centavo. É isso, Luiz? A possibilidade de fazer a gestão administrativa de cerca de 10% das escolas, que é uma questão que chegou nesta Casa ontem, que o Parlamento vai discutir, que não sei se passou ou não passou, Líder, na CCJ de hoje, ela não prevê aumento de gastos. Não temos nenhuma previsão, nenhuma reserva, nenhum destaque orçamentário para fazer frente. Provavelmente, quase com certeza, em um projeto da educação que visa dedicar 100% do diretor da escola a fazer a gestão pedagógica e o aumento da eficiência da educação, dos seus parâmetros, e deixar que essas questões mais burocráticas, mais práticas, mais de conservação de patrimônio, por exemplo, arrumar banheiro, goteira, limpar jardim, ou fazer mesmo a segurança contra um ambiente um pouco mais hostil, seja feito por terceiros. Esse é o projeto que está em discussão no Parlamento. De nossa parte, não temos nenhum centavo previsto para aplicar nessa questão de trocar PSS, por exemplo, por trabalhadores contratados celetistas através dos potenciais, se passar a lei, dos potenciais fornecedores de serviços, nessa ideia de que até 10% das nossas quase 2 mil escolas, eram 2 mil 143, algumas foram fechadas porque não se sustentam, mas é uma discussão que o Parlamento faz hoje, não é, embora em regime de urgência, que tenhamos ali uma possibilidade de gestão administrativa. Eu repito aqui: tenho seis irmãos professores primários na minha

família, seis irmãos, em outro Estado, que paga 1/3 daqui, 1/3 daqui. E eu fico muito feliz quando vejo professor enfezadinho assim dando aula de qualidade. Eu gosto disso. Aliás, esse é o desafio do Brasil e do Paraná. Perdoe-me, é uma prestação de contas aqui, mas, enquanto não pegarmos 10, 15, 20, 30 anos de educação de qualidade, de qualidade crescente, vamos ter muita dificuldade lá na frente de ter cidadãos, força de trabalho mais qualificada, como tem dezenas de exemplos bons no mundo. Então, não sei se o Luiz diverge da minha opinião, mas não temos nenhuma previsão de gastos, Sr. Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): É a réplica, Presidente? É isso? Eu vou recortar essa fala de V.Ex.^a, inclusive vou usar na CCJ. Olhe só, Secretário, o art. 7.^º do Projeto de Lei é claro ao indicar que o orçamento do Estado suporta esse novo gasto público complementar, esse aperfeiçoamento na prestação do serviço público, logo indispensável a apresentação de impacto orçamentário-financeiro. O art. 16 e 17 da Lei Complementar Fiscal n.^º 101/2000 estabelece que todo novo gasto superior a dois exercícios financeiros, embora trocada a modelagem, é obrigatório a apresentação disso. Então, como V.Ex.^a disse que não tem aumento, mas está constatado que tem um novo gasto, vou usar essa parte. Muito obrigado.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Deputado Arilson, assim, o efeito, conversamos com a educação, tomamos cuidado inclusive, o efeito fiscal do programa é zero, porque basicamente a despesa que já está prevista no orçamento da educação será utilizado para efetuar o programa, reduzindo. Então, assim, reduz o modelo atual e você adota um novo modelo. É uma questão daí de escolha da educação.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Isso. Não vamos entrar nesse mérito, que é técnico, é só técnico o debate nosso aqui. Veja bem, embora diminua a questão fiscal, a lei é clara que vai precisar de disponibilidade orçamentária. Novo gasto precisa de nova disponibilidade para o gasto original, que não é o mesmo. Ou seja, o processo está constitucional, a menos que se altere ele. Eu vou recortar esses pedaços, que tecnicamente eles vão ao encontro do que eu venho defendendo. Obrigado.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Deputado, só se tiver um tempinho. A questão que aumentou também a ODC, além de outras despesas, a questão de sentenças judiciais, um aumento de 77% de 22 para 23, e de mais de 23%, um aumento real de 23 para 24. Então, sentenças judiciais é uma das despesas que mais cresce no Estado do Paraná em ODC.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo Parlamentar a fazer pergunta, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero cumprimentar todos e todas que acompanham esta Sessão, uma Sessão especial de prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2024. Quero aqui fazer um cumprimento muito especial ao Secretário Norberto Ortigara, que prestou um serviço relevante na agricultura. E, agora, na Secretaria da Fazenda, com certeza fará bonito também. Quero cumprimentar o Luiz, que está também na Fazenda, que já esteve aqui na Assembleia, e, ao cumprimentá-los, estender a toda a equipe da Secretaria da Fazenda, do Planejamento, do pessoal da Receita, que aqui acompanha esta Audiência. Secretário, com relação à data-base é muito importante observamos que a data-base tem fundamento no art. 37, X da Constituição Brasileira, que é repetido aqui no art. 27 da Constituição do Estado, e temos legislação regulamentando a data-base. E é preciso repor a inflação do ano para manter o poder de compra de quem trabalha para o Estado, os funcionários do Estado, assim como tem que pelo menos repor a inflação aos trabalhadores de um modo geral do Brasil. Quando não repõe, perde o poder de compra e empobrece esse trabalhador ou essa trabalhadora. É por isso que tem demandas que chegaram lá em Brasília, em Cortes Superiores, que podem impactar nas contas do Estado no futuro, porque Governadores do passado não cumpriram a Constituição e aí os servidores públicos tiveram que demandar judicialmente. Estamos com as contas indo muito bem, há margem fiscal e financeira que pode perfeitamente repor a inflação, que este ano chegou a 3,69%, medida de 1º de maio de 2023 a 30 de abril de 2024. Pergunto: Vai ser pago? O Governador vai mandar aqui para a Assembleia a Mensagem para acompanhar os outros Poderes, pagando a inflação aos servidores do Estado do Paraná este ano? Quando também o Secretário

alega que falta contabilizar 1/12 de cada mês de 2024 com relação ao 13.^º é verdadeiro, mas isso poderia chegar a 43% do gasto com pessoal, como o próprio Secretário já afirmou. Fica ainda distante do limite de prudência, que é 46,55%, tendo margem fiscal, e sabemos que tem margem financeira também para cumprir com essa determinação constitucional e legal. Com relação à terceirização, em 2020, a Secretaria de Estado da Educação contratava funcionários de escolas pelo regime PSS e gastou-se 320 milhões no ano. Em 2023, com a terceirização, o Estado gastou 700 milhões. Foi mais do que o dobro! Não significou redução de custo, inclusive contratou menos funcionários para colocar à disposição das escolas, criou um problemão para esses trabalhadores, com salários menores e com redução dos seus direitos trabalhistas – e algumas empresas inclusive já faliram, dando calote a esses funcionários. Então, é um mau negócio! E quando o Deputado Arilson Chiorato questiona com relação... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O seu tempo se esgotou. Conclua a pergunta, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Com relação à lei que chegou aqui, ao Projeto que chegou aqui, ora, se vai remunerar com 7% a empresa privada, ainda vai dar mais 5% para administrar, são 12% retirados do dinheiro da educação! Esta conta não fecha! De algum lugar tem que sair o dinheiro. Então, vai aumentar o custo da educação do Paraná.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Deputado Lemos, Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas, a vida é feita de escolhas. Nem todas as carreiras do Estado foram reformuladas – pelo menos 11 quadros foram, com ganhos reais. Eu, por exemplo, Norberto Ortigara, reconheço que o Agente de Apoio do Quadro Próprio do Executivo foi mal contemplado. Defendo mudanças. Nós temos a necessidade do cumprimento do piso nacional, que o Bolsonaro deu um aumento cavalar em 22, Lula deu um aumento cavalar em 23 e, agora, vem a parte de 2024, com 3,62%. Talvez os Sr.^s Deputados saibam, mas não convivem com tanta intensidade isso, o Estado precisa de servidores. Deputado Lemos, precisa de servidores! Eu mesmo dava ordens para mim mesmo, muitas vezes, lá na Agricultura: abria a porta,

gritava e eu tinha que executar. Nós reduzimos muito o quadro de ativos do Estado do Paraná nos últimos anos, Deputado Batatinha, e discutimos abertamente no Governo, já teve uma iniciativa parcial, de autorizar 250 pessoas no QPPE - Quadro Próprio do Poder Executivo, que é o miolo do Governo, todas as Secretarias, mas isso não enche os vãos dos dentes, não dá 10 pessoas por Secretaria. Então, estamos discutindo isso, uma ampliação desse esforço de reposição do Quadro Próprio. A mesma coisa – estou me deparando já e nem dei muita trela ainda –, a questão de, por exemplo, de Agente Fazendário, de Inspetor da Receita. Acabamos de autorizar um reforço consistente lá no DER, 45 engenheiros, e assim vai. O Estado acabou de contratar trezentas e poucas pessoas, depois de muito tempo, no setor de meio ambiente. Então, assim, vim aqui prestar contas, não tenho a resposta que o senhor busca, qual é o caminho que o Governo como um todo vai tomar; sei que o movimento de alguns dos Poderes é dar um aumento inclusive real, mais do que o dobro da inflação, com os seus orçamentos, obviamente. É claro que isso cria um azedume na relação dos servidores entre os Poderes: *Por que lá pode e aqui não pode?* Faz parte do jogo! Esta discussão não trouxemos à mesa ainda, objetivamente, no Governo, se o Governo vai conseguir dar reajuste geral, a data-base, ou se o Governo vai optar, por exemplo, por continuar revisando algumas das carreiras que não foram contempladas nessa revisão ampla havida depois de muito tempo, e se vai de fato adotar essa postura de investir uma parte do seu orçamento para repovoar setores importantes, com capacidade técnica de preparar bons times para, lá na frente, sustentar esses serviços que devem ser, obviamente, de excelência. Fiquei devendo uma resposta ao Chiorato. Assim, não sei se esconde receita ou se subestima receita, o que pedimos já na chegada... Constituímos um grupo de trabalho que estamos revisando tudo, de cabo a rabo, de A a Z, qual é de fato o real tamanho não no caixa, para frente, até o fim do ano, para os próximos 12 meses, qual é de fato o potencial de arrecadarmos. Óbvio que vamos fazer um esforço também para buscar quem não está pagando, com um jeito correto, tem todo um esforço de criar um movimento chamado *Confia Paraná*, que é você premiar o bom pagador, mas também ir atrás de não só judicializar a cobrança,

não só de autuar e colocar em dívida ativa e não receber, mas assim criar um ambiente de autorregulação mais favorável. São movimentos que estamos fazendo que esperamos que contribuam para aumentar a receita, continuando o esforço de negociar a dívida para baixo nossa lá de longo prazo, também querendo trazer aquela grana que está lá em Brasília que conseguimos pagando hora-extra para servidor, empregado da previdência, 50 pila por processo que economizamos barbaramente para tentar viabilizar essa melhora do fluxo. Então, concluindo, não tenho essa habilidade de neste momento dizer assim: *Ah, o Governo...* Talvez nem o Líder do Governo saiba ainda o que vamos fazer, não é, Deputado Hussein? Mas, o Governo provavelmente vai ter que fazer escolhas e entre repor necessariamente, que é a nossa visão técnica de repovoar setores importantes da administração pública que estão com muita dificuldade. Se demitirmos muitos concursados fecha as Secretarias. É muita drástica a leitura. Então, temos que pensar a longo prazo de formar times bons, que consigam conduzir o Estado por 10, 15, 20, 35 anos à frente. Então, Deputado, com certeza, em algum momento, nos próximos dias ou semanas, o Estado terá que se posicionar. Só ficou devendo aqui a questão, Luiz, da chamada terceirização de escolas que o Deputado Lemos abordou.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Bom, só para concluir. Quando falamos em data-base, Deputado, vou falar novamente sobre o assunto, temos que tomar muito cuidado porque 1% de reajuste implica em um gasto de R\$ 300 milhões para o Estado do Paraná. Então, para compararmos, a Ponte de Guaratuba vai custar entre 300 e 400 milhões. E quando falamos que os servidores não obtiveram ganhos, eu peguei hoje por curiosidade uma das carreiras reestruturadas. Não foi a que teve os melhores ganhos, ok? Salário em janeiro de 2019, R\$ 5 mil e 600; salário em abril de 2024, R\$ 9 mil e 309. Quanto que foi a inflação no período? Trinta e quatro por cento. O ganho dessa diferença? Sessenta e quatro por cento. Então, assim, Deputado, não podemos dizer que todos os servidores não tiveram ganhos. O Estado tomou o cuidado e reestruturou várias carreiras, 11 carreiras, e algumas com ganhos muito vultuosos. Isso foi uma decisão, foi uma política do Governador Ratinho de

valorização dos servidores, de várias carreiras dos servidores. Até o ano passado, eu estava na Casa Civil. Foram negociadas inúmeras reestruturações. Também temos a questão da cobrança de 2007 a 2023. O montante chega a 12,6 bilhões. Então, bilhões. Mas, também temos um outro problema, que, às vezes, as pessoas não abordam, problema administrativo: licença especial não gozada, mais 3 bilhões. Se somarmos 3 com 12 chega a quase 16. A dívida do Estado de 30 anos é 28 bi hoje. Então, assim, Deputado, temos que tomar muito cuidado, muita prudência quando se fala em data-base. É óbvio que a Fazenda tem um compromisso com os servidores. O Deputado sabe, conversávamos muito quando estava aqui, um Deputado que eu respeito muito, é um parceiro, vamos estudar. O Estado está sempre à disposição de procurar o melhor caminho, mas, também, temos que deixar claro o custo que existe para o Poder Executivo quando se fala em data-base.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Secretário, V.Ex.^a é um importante conselheiro do Governo e do Governador. Então, quero fazer um apelo a V.Ex.^a para tratar com o Governo e com o Governador a data-base, porque a data-base é 3,69%. Veja, o piso do magistério é 3,62. O magistério é praticamente a metade dos servidores do Estado. Se aplicar o 3,69 já garante ao magistério o piso, que é 3,62. Então, você resolve para todos os servidores e servidoras, civis e militares, da ativa e aposentados, e não fica esse passivo para ser questionado judicialmente, para o Estado ter que pagar mais adiante com juro, com correção, com mora, com multa. Então, isso é muito importante. Se outros governantes não fizeram no passado, que daqui para frente não repitamos esse erro para não onerar o Estado futuramente, até inviabilizando no futuro o Estado do Paraná. Uma outra coisa importante que gostaria de também pedir para V.Ex.^a, mais uma vez, é aconselhar o Governo e o Governador para que ele não avance com esse projeto 345, que protocolou ontem, porque já não deu certo nos Estados Unidos, não deu certo na Suécia, no Chile também não. Aqui, no passado, o Jaime Lerner tentou do modo dele e também não funcionou. E vai ficar mais caro, porque o projeto diz que a Paraná Educação poderá fazer os contratos com empresas privadas. Então, ela vai ter que ser remunerada também para fazer o serviço. Aí

essas empresas também terão que ser remuneradas para dar conta de fazer a gestão. Nós já estamos nas escolas com direção escolhida pela comunidade, com conselho escolar, com APMFs, a comunidade faz uma boa gestão. Quando o Estado manda dinheiro direto para escola parece um milagre, eles multiplicam o dinheiro que chega lá, diferente de quando você tem empreiteiros. Então, esse nome que o Governo deu para o projeto chamado *Parceiro da Escola*, entendo que não é parceiro, é empreiteiro da escola. Portanto, o Governo deveria repensar isto.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Professor Lemos, se eu fosse tão bonito como a minha mãe achava... Só para dizer que, assim, temos uma certa capacidade de compreensão das coisas e uma certa capacidade de influenciar a partir da opinião. O que não vou fazer é colocar o Estado em um buraco como aconteceu em 2014. Este é o compromisso maior que temos: manter as contas do Paraná hígidas, mesmo que isso custe eventualmente algum sacrifício. O senhor lembra, o senhor estava na ativa também, que passamos sete anos sem reajuste no Governo Lerner. Sete anos! Não foram sete dias. Eu não desejo isto. Mas, tendo em vista essa evolução importante... Eu não estou feliz, sou um aposentado do Paraná. O senhor sabe disso. Eu tive reajuste de 7% porque estava no fim da tabela. Mas, lá no começo, fizemos um ganho fantástico tanto o nível médio quanto o nível superior. O Estado vinha contratando engenheiro, agrônomo, engenheiro civil, por R\$ 3 mil por mês, nível médio 1.800,00. Conseguimos, a partir da compressão das tabelas, trazer para um nível mais decente, aproximando dos pisos aí de engenheiros, por exemplo, bastante, ou seja, permitindo uma qualificação ainda maior naqueles pretendentes a ingressar no Estado e, por isso, esse movimento que estamos falando aqui de tentar minimamente repovoar o Estado de colaboradores. Então, uso da franqueza nas minhas relações, converso abertamente, nunca *douro a pílula* para ninguém na minha vida. Procuro dar a minha opinião real, concreta, séria. Claro que nos compete lá como condutor de uma equipe dizer assim: *Olha, aqui é melhor, aqui é pior, aqui suporta, aqui não suporta*. Tendo em vista, inclusive, essa revisão que pedimos, aliás, que foi objeto de uma formalização por parte do Tribunal de

Contas, pedindo quais são os critérios objetivos e como aperfeiçoamos os critérios de estimativa da receita do Paraná. Está bom, vamos responder mostrando o trabalho técnico que é feito pelas equipes, a partir dessa leitura que estamos fazendo lá.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Só para concluir. Deputado Professor Lemos, a educação vai ter o limite dela, a previsão. A questão do projeto *Parceiro da Escola* vai ter que... é o que o orçamento. É a mesma coisa que conversamos com o Deputado Arilson. Então, ela tem que cumprir. Ela está extrapolando, na verdade, hoje é 27,1 na educação básica. Ela vai ter que se manter lá e o contrato não pode gerar uma despesa adicional para Secretaria da Educação. Isso foi acordado, inclusive estivemos ontem com o Secretário de Educação, com o diretor-geral da Secretaria de Educação, justamente para chegar a esse entendimento e eles concordam e afirmaram para nós que, do ponto de vista fiscal, o projeto é neutro.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Inclusive não queremos baixar para 25, que seria o limite mínimo que define a Constituição. Vamos manter 27,1, 27,2, que é o que está hoje aplicando, investindo em educação. Então, dentro desses parâmetros, pela leitura técnica do João Giona, do Secretário Roni, pelos demonstrativos que nos apresentaram o efeito fiscal é nulo. O tempo dirá se os Sr.^s Parlamentares votarem essa lei e for aprovada, e ela virá uma experiência um pouco ampliada, o tempo dirá do ganho ou não na qualidade da educação, da dedicação integral do diretor da escola, as coisas da pedagogia que é muito relevante.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alisson Wandscheer - SD): Próximo Deputado inscrito, Soldado Adriano José.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Boa tarde, Secretário Norberto Ortigara. Boa tarde a todos. Secretário, sabemos que o Governo do nosso Governador Ratinho Júnior tem se tornando um modelo de gestão para o Brasil. E aqui cito algumas áreas em que o Governo tem se destacado como, por exemplo, a educação, onde o nosso índice do Ideb é o número um do Brasil, com todo

trabalho do Secretário Roni e o seu time; a habitação aqui do Estado, onde o nosso programa de habitação, trazido aí pelo Jorge Lange e todo seu time da Cohapar, serve de modelo também para o Brasil; a geração de emprego que está em alta, o apoio às empresas - e isto aqui passa pela Secretaria do Secretário Ricardo Barros; e os investimentos de empresas internacionais que vêm aqui para o Estado do Paraná através do trabalho do Invest Paraná, do Bekin, do Giancarlo e todo seu time; temos programas do Governo como, por exemplo, programa de pavimentação e iluminação de led, que atende a maioria dos municípios aqui do Estado do Paraná; e destaco aqui, também, a nossa agricultura paranaense que tem servido de modelo para o Brasil - até poucos dias atrás o senhor estava como Secretário e, agora, o nosso querido Secretário Natalino dará continuidade. O Estado do Paraná vive, sem sombra de dúvida, uma das melhores gestões fiscais do País. Eu, na verdade, Secretário, gostaria apenas de te dar os parabéns na nova função enquanto Secretário; te desejar sucesso; te parabenizar pelo time. Eu vi o Dr. Luiz que está fazendo parte do teu time, e tenho certeza que vai contribuir muito na tua gestão. E parabenizar todo time da Secretaria da Fazenda. Sabemos que os desafios são grandes, mas é um time competente para que possa estar trabalhando no dia a dia, apoiando o Governador, para que nosso Estado do Paraná possa continuar sendo este Estado modelo e referência para o Brasil.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Muito obrigado, Deputado Adriano José, pelo carinho, pela consideração. Este é o desafio mesmo. Não é fácil o Estado conseguir nota "A" do Tesouro Nacional. Não é fácil. Os Sr.^s Deputados sabem que bem ou mal – alguns bem, outros mal – Estados importantes da Federação fizeram alguns investimentos e outros gastaram dinheiro, só que estão ambos endividados, os principais Estados. Nós resbalamos nessa curva com casca de banana lá em 2013, 2014. Só que o Estado entrou nos trilhos e o Estado não quer sair dos trilhos, embora possa muito fazer ainda por aperfeiçoar. Essa possível nota, tendo preenchido os requisitos para cá, conceito "A", Capag "A", ela tem a possibilidade, inclusive, de dispensar aval da União para tomar empréstimo, baixar custo do dinheiro quando se vai tomar empréstimo. Temos capacidade de tomar dinheiro que falta limite na União, coisas assim. Então, agradeço a manifestação

de V.Ex.^a e repito aqui: vamos fazer uma gestão absolutamente focada técnica, para manter suporte às pretensões do Paraná. Quando não dá, você sabe disso, Deputado, eu digo não. E meu nome é Norberto Anacleto Ortigara, “não” já no nome. Então, uma visão aberta, carinhosa, naquilo que podemos fazer. Temos um desafio de uma grande equipe. Temas muito relevantes, sensíveis estão sendo encarados, discutidos abertamente por times técnicos. Os senhores viram que o Governador de São Paulo, na última sexta-feira, anunciou uma grande revisão na sua política de incentivos fiscais. Está lá, está escrito, está nos jornais, na mídia. Nós também estamos passando uma peneira. Não tomamos nenhuma atitude, pelo contrário, há uma pressão das empresas para que aumentemos o limite de planejamento, ou seja, que vamos até o limite de 2029/2032 com os atuais benefícios concedidos. Então, estamos também depurando tudo lá: receita, despesa, dívida, benefícios, ST. São temas todos que estão na mesa para, de alguma forma, termos um posicionamento de Governo o mais correto possível. Obrigado, Deputado, pelo carinho.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Gugu Bueno agora.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Obrigado, Presidente Traiano. De maneira muito breve, até pelo adiantado da hora, quero saudar aqui o nosso Secretário Norberto Ortigara. Desejar a ele, ao Luiz e a toda equipe muito sucesso, também a Suzane que está aqui na minha frente, a toda equipe muito sucesso nessa caminhada. O Deputado Adriano foi muito feliz em registrar o bom momento que o Estado está vivendo. Tive a oportunidade de estar acompanhando o Governador nessa última viagem internacional para o Canadá e para Nova Iorque, e a questão fiscal do Estado do Paraná foi muito enaltecida, inclusive havia uma curiosidade por parte de muitos empresários ao questionar o Governador Ratinho Júnior o segredo de tudo que está acontecendo no Estado do Paraná. E esta afirmação que hoje o Estado do Paraná teria uma saúde financeira, inclusive para pagar as dívidas dos próximos 30 anos, é algo realmente que causa um certo impacto, porque sabemos a dificuldade que o Governo Federal atravessa e boa parte dos Estados da nossa Federação. Então, queria desejar todo sucesso do mundo.

Sabemos da competência desta equipe que foi formada neste momento na Secretaria da Fazenda. Quero perguntar, Secretário, qual é o tamanho da dívida do Estado do Paraná com o Governo Federal? Sabemos que temos Estados que têm uma dívida muito grande com a União, como o Estado do Rio de Janeiro, como o próprio Estado do Rio Grande do Sul que já tinha uma dívida muito complexa e difícil de pagar a União antes dessa tragédia. E a dívida do Estado do Paraná com a União é uma dívida tranquila? Enfim, é uma dívida preocupante? Qual é o tamanho desse problema, Secretário?

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Obrigado, Deputado vice-Líder Gugu Bueno. A nossa dívida com a União é uma dívida pequena comparativamente aos demais Estados. Ela está em torno de R\$ 12 bilhões. É isso. Uma dívida pagável. E o esforço que fazemos é para baixar o custo dela ainda mais. Eventualmente tirar da inflação mais quatro ou de outros indexadores, trazer para um, com ganhos de compensação em áreas relevantes. Enfim, temos uma dívida absolutamente com a União sob controle. Claro que falamos assim: *tenho dinheiro no estoque para pagar toda a dívida e ainda sobra um pouco*. Sabe que isso é um jogo. É correto isso do ponto de vista matemático, é correto, mas, obviamente, ninguém vai tomar essa atitude podendo ter ganhos no dinheiro que está depositado e, eventualmente, ter ganhos na outra ponta que é reduzindo o custo do dinheiro. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo é o Deputado Anibelli agora.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Obrigado, Presidente Traiano. Boa tarde, Deputados. Boa tarde, Secretário Ortigara. Quero inicialmente parabenizar V.Ex.^a por ter sido convidado para ocupar tão importante cargo. Considero-me seu amigo, acompanhei seu trabalho nos 16 anos à frente da Secretaria de Agricultura, sei do seu conhecimento e sei da sua vontade de poder colaborar com o Estado do Paraná. Na semana passada, estive em um encontro na Ocepar, e lá estava o Deputado Tiago Amaral e o Deputado Fabio de Oliveira, onde o agora Secretário Natalino disse que não tinha nenhum tipo de aspiração de superar o seu

conhecimento e o seu trabalho. E eu disse perante as pessoas que lá estavam que, talvez, ele tivesse condições de superar o seu trabalho, em virtude de que hoje existe à frente da Secretaria da Fazenda alguém que tem uma sensibilidade muito grande para as questões da agricultura. Nesta mesma Casa, alguns anos atrás, o então Secretário da Fazenda Renê disse: “*O Paraná tem uma dívida com a agropecuária*”. Acho até que lhe repassei essa fala. O fato concreto é que agropecuária, após avançar 15,1 em 2023, deve registrar uma queda de 1% em 2024, principalmente devido à questão climática. Soja contribuindo com 17,7. O fato concreto é que existe uma expectativa muito grande de todo o setor, de toda a cadeia envolvida na agropecuária nessa sua gestão. Sei que não é fácil, porque V.Ex.^a vai ter que trabalhar como um todo, mas acredito plamente que é possível dar uma valorização bem maior aos investimentos que são destinados, por parte do Governo do Estado, à agricultura, especificamente à Secretaria de Agricultura. Senão, vejamos, no ano passado foi somente 3%. Gostaria inicialmente de indagar a V.Ex.^a qual é a sua visão neste momento à frente, copilotando junto com o Governador Ratinho Júnior o Estado do Paraná, e como que encaminha para que efetivamente possamos concretizar maiores investimentos dentro deste importantíssimo setor que V.Ex.^a sabe, melhor do que qualquer um, é o que leva o Paraná e o Brasil nas costas e que merece esses investimentos por parte do Governo do Estado?

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Muito obrigado, Deputado médico-veterinário, coxa-branca, Anibelli. Obrigado pelo carinho. Três a zero ontem. Está feliz, não é? Vão emprestar o campo para o nosso time amanhã. Está um drama no Sul, o campo alagado do Grêmio e do Inter, e vamos jogar aqui no Couto Pereira. Reforço aqui uma opinião já dada aqui. Esse é o esforço que fazemos para fazer sobrar mais para investimento. O senhor é testemunha e outros Deputados são testemunhas, eu sou devedor, porque penamos e patinamos durante 2023 e 2024, tendo em vista a nossa adaptação à nova Lei de Licitações, Convênios e Contratos, mas, agora, com a descoberta de uma saída honrosa, mas, também, na visão aqui de reposição, de capacidade técnica, vamos ter engenheiro para tocar obra. Essa é a ideia. E tendo dinheiro para tocar obra é

uma questão de escolha, Sr. Deputado. É destinar mais recursos para estradas rurais também; conectividade rural – está aí na Mesa para decisão, Sr. Deputado Fabio e outros estão sempre discutindo esse tema, Deputado Corti também, também médico-veterinário lá do São Jorge; e também a capacidade de apoiar agricultores, Sr. Deputado. Quando me referi, agora há pouco, em resposta ao Professor Lemos, também está na Mesa o nosso compromisso, o nosso débito com o reforço, a reposição do time técnico da pesquisa agrícola e da orientação técnica no meio rural paranaense. Então, está aqui. Vai ser objeto, inclusive, de uma reunião amanhã à tarde. E estudei de novo o assunto ontem à noite, em uma visão mais ampla, dentro desse contexto de opções que temos que temos entre data-base e repor servidores, um misto disso, não é, é essa necessidade. Para quem não é do ramo, para quem não é do interior, tirando o Tiago Amaral bom fazendeiro que contrata, que tem uma mulher que é agrônoma, que foi minha colaboradora, grande parte dos nossos agricultores não conseguem contratar um assistente técnico, um agrônomo, um veterinário, um técnico agrícola para melhorar a sua eficiência. E isso, de alguma forma, ainda continua sendo dado o perfil paranaense um papel de Estado relevante. Claro que também procurando trazer o Senar-PR que nunca entrou nessa, agora está entrando, também, de orientação técnica. Então, Deputado, certamente, assim, não vou *pagar o mico* de dizer: *agora só a agricultura tem dinheiro*. O que seria bom, dar uma resposta, mas, certamente, vamos dosar já na formulação, até setembro, da proposta orçamentária 25, que virá para cá. Os senhores debaterão aí até o recesso a nossa LDO e vamos lidar com muito carinho – a equipe técnica –, mas Luiz e eu temos a obrigação de orientar o Governo de onde destinar recursos bons, ainda como venda da Copel, recurso da própria Fonte 500, que é a fonte básica do Tesouro, recurso que possamos buscar de emendas e tantas outras formas, recursos que podemos levantar daqueles que não pagam corretamente seus tributos. Tem toda uma estratégia em curso e espero poder, sim, retribuir. Tomara que o Natalino Avance de Souza faça uma gestão mas muito melhor, mas muito melhor. Não vivo de vaidade, o senhor sabe disso, sou simplório e gostei e estava feliz na agricultura, mas ele tem o papel dele lá. Eu, também, tenho o papel de

auxiliar os demais Secretários de Estado, os demais órgãos e o Governador a tomar os melhores caminhos, inclusive naquilo que depender do posicionamento firme deste Parlamento.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Acredito que o Secretário Natalino está muito bem amparado, até porque a chefe de gabinete continua sendo a Vera, não é? O que eu gostaria de fazer essa boa provocação inicial, Secretário, é no sentido que dentro da Assembleia Legislativa, nós na frente da Comissão de Agricultura e Pecuária, que tem o Deputado Artagão como vice-presidente, que tem vários membros, vamos propor uma audiência, onde iremos convidar outros atores, através da Ocepar, através da Faep, através dos parceiros, a Adapar, o IDR, etc, para que possamos ver quais também são as demandas. Não podemos esquecer da questão de projetos de irrigação; não podemos esquecer dos projetos de manejo de solo. O Paraná hoje tem um novo status que é livre da febre aftosa – o que que isso, efetivamente, já representou na melhora de agregar valor. O que podemos imaginar para que outras empresas venham investir no Estado. Enfim, essa é a intenção, e podem ter certeza que aqui, na Assembleia, iremos lutar com todo nosso esforço para sermos parceiros e podermos colaborar para que o Paraná continue avançando, mas, principalmente, a nossa agropecuária possa ser mais valorizada. Muito obrigado e sucesso.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Muito obrigado, Anibelli. Não sei se o senhor estava no começo. Visitando o gabinete do Presidente Ademar Luiz Traiano, falei com o Governador, que falou com o Ministro da Agricultura e falou, também, com o Vice-Presidente Alckmin, que tem uma missão na China, dia 5 e 6, e que nós estamos levando na pauta o reconhecimento formal da China para Rio Grande do Sul e Paraná livre da aftosa. Reconhecimento formal o que certamente permitirá, com estratégia comercial correta, abordarmos mais agressivamente aquele que é um ótimo parceiro comercial do Paraná já. Segundo, provavelmente tendo sido adiada a visita do Presidente da República ao Chile, mas, com certeza, ainda, durante o mês de junho, teremos a abertura do mercado chileno, Deputado Evandro, para carne suína do Paraná. Possivelmente. Então, o esforço está acontecendo. Assim como, Deputado Anibelli, objetivamente, já dei um chamegão,

como diz o Traiano, em R\$ 150 milhões que aportamos, por orientação do Governo, lá na Fomento Paraná, para alavancar o nosso Fiagro, que vai financiar exatamente a irrigação, que é um grande desafio, especialmente no Noroeste do Paraná, e que vai financiar a construção de silos para guardar a nossa safra. Então, objetivamente, já estamos dando aí umas pernadinhas, para direcionar recurso naquilo que é concretamente a sua aspiração, e que é também a minha.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Corti, V.Ex.^a quer se inscrever?

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Já estou inscrito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não, tem ainda mais dois.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Posso me inscrever?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Já está inscrito; após o Deputado Evandro e o Tiago é V.Ex.^a. Deputado Evandro agora.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Muito obrigado.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Secretário Norberto Ortigara, Diretor Luiz, nossos cumprimentos, a toda equipe também da Fazenda, da Receita. Quero cumprimentar pela apresentação bastante didática e clara. Foi muito bem. Parabéns pela apresentação. Também meus cumprimentos pela nova missão, que é muito grande, com certeza, e tenho certeza que o Norberto está à altura da missão que recebeu, assim como o Luiz. E dizer para muita gente que não sabe, que o Norberto Ortigara, nosso querido Ortigara, é economista também, então tem na sua formação aí. Dizer que temos várias questões para tratar, algumas tratamos até já pessoalmente, mas eu queria, de maneira até simbólica, falar de um assunto que V.Ex.^a mencionou, agora pouco, em relação aos benefícios fiscais. Penso que a sociedade do Paraná, nossa sociedade paranaense tem se manifestado, tem interesse em conhecer melhor esse assunto, nós precisamos ser mais didáticos, mais claros, mais transparentes, precisamos ter a clareza do retorno para a sociedade à luz do interesse público dos benefícios fiscais,

Secretário. E eu sei que, inclusive, havia por parte da Secretaria a contratação de um estudo, um modelo, para poder conhecer de fato esses impactos, e nós queremos em algum momento que isso de fato se concretize, que tenhamos por parte da Fazenda essa clareza em relação aos benefícios. É muito bom que tenhamos essa clareza e é muito bom que já tenhamos, no método e no cálculo, na demonstração já sido mais claros, que não era 12 bi e hoje está em torno de 17 bi, os benefícios em torno de 16, 17 bi. Nós tínhamos uma conta antes. Segundo a informação que tivemos, essa memória de cálculo, buscando inclusive dar mais transparência, chega nesse patamar. Se não foi isso, por favor, nos esclareça. Então, um comentário a respeito disso, o que V.Ex.^a pode fazer, mas que o nosso interesse é de cada vez que esse assunto seja mais aberto para a sociedade paranaense, e para esta Casa obviamente. O outro comentário diz respeito ao planejamento. Nós tivemos um PPA muito bem construído, feito, debatemos nas regiões, o Deputado Romanelli foi muito cuidadoso, até trago aqui os cumprimentos dele, que me delegou como Relator do orçamento, mas é meu e dele e de todos os Deputados da Comissão de Orçamento, em relação a sua nova missão. No entanto, o PPA, temos uma construção coletiva, e é muito importante que na confecção da LOA tenhamos o devido diálogo, LOA e PPA, o devido cuidado de que aqueles marcadores sejam olhados e que possamos ter de fato um planejamento mais cuidadoso dessa execução toda. Por exemplo, os investimentos que são tão caros ao Governador não deveríamos trabalhar no afogadilho, com tantas aberturas de créditos especiais para poder fazer investimentos, poderíamos ter isso planejado já. Então, fica um breve comentário a respeito disso, e dizer que o resultado desse quadrimestre em saúde e educação é confortador. E quem sabe teremos nos próximos quadrimestres, também, e não vai ter aquela situação de ter que gastar, como V.Ex.^a falou, no final do ano gastar e gastar mal para poder cumprir aquilo que preceitua a Constituição. Então, só esses comentários, e lembrar que a Casa também, Luiz, Diretor, está aguardando aqui a confirmação e a execução das emendas que fizemos para o orçamento de 2024, a execução desse orçamento, que é referente ao que cada Deputado também apontou, mirando as entidades assistenciais,

mirando despesas com saúde, educação, enfim, da ordem aí de 52 milhões. Então, muito obrigado. Parabéns pela apresentação.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Muito obrigado, Deputado Relator do Orçamento, que tem a compreensão exata da importância das ferramentas para termos previsibilidade, planejamento mesmo, facilidade na execução, claro que calibrando com o andar da carruagem de receitas reais. Eu quero parabenizar o esforço feito tanto pelo Parlamento quanto pelo Executivo, depois de muita discussão, muito tempo, de ter tido a coragem há alguns anos de colocar nas leis o que o Estado historicamente fez na concessão dos benefícios. Esse já é um primeiro passo importante dado para a sociedade. Eu afirmei antes que se não entrássemos na guerra fiscal, provavelmente, estaria um Estado mais encolhido, sem oferecer capacidade e, graças a Deus, isso tem data certa para morrer, data certa para morrer. O que discutimos lá é a capacidade da União formar um grande fundão, que em tese vai ter 160 bilhões dos benefícios concedidos para empresas, para poder compensar os Estados lá na frente quando esses benefícios acabarem. E os benefícios que são dados regra geral temos um esforço lá de leitura inicial. Claro que você gostaria de uma resposta objetiva, mas estamos lá há 21 dias, e não é aqui *empurrar com a barriga*, mas estamos debruçados em cima de um estudo realista e, certamente, em algum momento, pela Presidência, pela Comissão de Orçamento, podemos tranquilamente abrir essa caixa de ferramenta, dizer, também com a compreensão daquilo que se dá, às vezes, nem é um benefício, exatamente é contrapor uma capacidade competitiva mais agressiva vinda de fora. Sempre uso o exemplo dos porquinhos do Traiano, o Traiano, quem não sabe, ele pesava porco na vara como eu fazia lá no interior. Isso é real, isso é vida, isso é vida, jamais renego isso, jamais renego isso. Rio Grande do Sul e Santa Catarina têm a mania de entrouxar porco aqui, porco vivo, no Paraná, e sempre tivemos a alíquota normal de 12 no comércio, e eles baixam para seis lá, se eu não me coçasse, esses suínos represam aqui, não vão para Minas, não vão para São Paulo. Então, quando baixo para seis aqui, não estou na verdade favorecendo ninguém, estou de fato aumentando um pouco a minha capacidade competitiva. Então, temos que pegar uma peneira com vários

tamanhos de furo para saber aquilo que de fato é uma concessão feita para setor, para empresa, para atrair para investir aqui, daquilo que é uma regra apenas de ajuste tributário entre Unidades da Federação, ou ao longo de uma cadeia produtiva interessante, como é a questão biogás, biometano, irrigação, que nós, por exemplo, através do Confaz, zeramos os tributos há dois anos, que é para motivar um surto de investimento aqui dentro. Nós fabricamos aqui equipamento de irrigação ou revende, mas não gera nada. Então, na medida que sou agressivo, tirando o tributo, me torno um pouco mais competitivo e acabo lá na frente colhendo mais resultados. Então, do ponto de vista dos benefícios queremos, assim, saber o exato tamanho. Eu não sei hoje. Você sabe, Luiz?

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Na LDO agora que foi encaminhada 20 bilhões. Só deixando claro para os Deputados que 20 bilhões é uma estimativa, e de certa forma não é um estudo, não é linear. Não é só reonerar que conseguimos aqueles 20 bilhões. Obviamente as empresas não estariam no Paraná, muitas delas. Então, é uma conta complexa. Já temos um estudo em andamento na Fazenda, tem mais um estudo sendo contratado, é algo muito importante para o Secretário Norberto também, conversamos sobre isso. Então, a Fazenda está realmente estudando e estruturando para verificar o real custo-benefício dos benefícios fiscais.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Lembrando que São Paulo na última semana, já falei aqui, está revendo 55 bi, R\$ 55 bilhões em incentivos fiscais dados lá, provavelmente alguns fora do tempo, alguns desnecessários, a vida vai mudando, o ambiente econômico vai mudando e se mantém como regra. Nós queremos fazer não a supressão, aqui queremos fazer análise acurada de cada um desses benefícios, para ver se mantemos, sustenta ou, pelo mínimo, como pede o senhor, dar transparência ao setor. Transparência faz bem para a vida. Transparência faz bem para a vida. Clareza da informação faz bem para tudo, inclusive para negócios. Quanto ao PPA e à LOA, sim, a nossa missão aqui é ajustar os ponteiros com o planejamento. Houve um esforço até conduzido lá atrás pelo atual Diretor-Geral da Educação, João Giona, junto com a equipe, de aperfeiçoar o mecanismo de planejamento a longo prazo, o PPA-Paraná, que foi

aprovado por esta Casa, para termos esse instrumento de planejamento. Não planejar algo assim gasoso, planejar as coisas que sejam bastante orientativas da construção da Lei Orçamentária que vai vigorar no próximo ano. Estou com o senhor.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): É isso. Fico satisfeito com a colocação e dizer que, em relação aos benefícios, o que queremos é de fato a transparência. O Luiz colocou bem. Talvez, isso não significa dinheiro no caixa, mas significa que damos uma resposta à sociedade e, eventualmente, revemos aquilo que não faz mais sentido de ser concedido. Acho que essa é exatamente a nossa colocação. Fica, aqui, portanto, os cumprimentos. Aguardo os votos de sucesso à frente da Secretaria.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo Parlamentar a questionar, Deputado Tiago.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhor Presidente, obrigado pela oportunidade. Evidentemente que não poderia deixar aqui de dar as boas-vindas ao nosso Secretário e a sua equipe. O Secretário Norberto, pessoa que tenho uma profunda admiração, a sua competência é reconhecida por todos. Quem convive com o senhor sabe que a tua paixão pela parte econômica é muito grande, a tua formação é essa. Então, a tua capacidade de contribuir com o Estado do Paraná é muito grande, porque você consegue aliar não apenas a tua visão técnica, o seu ponto de vista financeiro, de dados, de números e orçamentários, mas também o aspecto do desenvolvimento. Essa é a necessidade fundamental. No entanto, existe um princípio básico: para você ter uma grande condução, você precisa necessariamente ter uma boa equipe. Aí, não tenho como não “*puxar a sardinha*” aqui e não fazer um elogio a tua brilhante escolha ao teu Diretor-Geral, o meu querido amigo, parceiro, Luiz Budal. Tenho orgulho de falar do Budal, enorme orgulho. O Budal, Sr. Presidente, que conversei contigo quando foi para solicitarmos a vinda dele para cá, à cessão da Secretaria do Estado da Fazenda, para ele estar comigo na Comissão de Orçamento, cujo Presidente era o meu amigo Deputado Evandro, e eu o Relator. E aqui ele esteve, por quatro anos,

convivendo com Parlamentares, convivendo com os mais diversos setores da sociedade paranaense, inclusive com as carreiras, com os sindicatos e com todos. Graças à participação do Budal, conseguimos entregar grandes resultados. Inclusive, eu estava na condição de Vice-Líder do Governo, Deputado Hussein, e o senhor é testemunha dos grandes avanços que pudemos ter com o respaldo do Budal. E faço um destaque: entre esses grandes avanços, o próprio Governador se respaldou, em diversas vezes, nos encaminhamentos, nas indicações feitas e nos estudos feitos pelo Budal. Quero fazer aqui um destaque. Tivemos a reforma da Previdência, aqui no Paraná, que tive a oportunidade de relatar, foi um tema bastante tenso, mas que o resultado dele foi muito positivo. Positivo a ponto de termos hoje uma Previdência extremamente equilibrada, inclusive superavitária, sendo uma referência no País novamente. Tinha perdido essa condição, mas agora voltou. E tendo os melhores avanços sob o ponto de vista dos próprios servidores e, principalmente, da segurança pública. Tivemos avanços também na própria contratação dos servidores, de novos policiais militares. Foi um debate que o Budal esteve totalmente envolvido, Secretário, que respaldou o Governador a chamar 2 mil e 400 novos policiais, depois até determinou o aumento desse volume. E faço mais um destaque: há quanto tempo, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados, que não ouvimos mais, aqui dentro da Casa, a preocupação com o percentual de repasse aos demais Poderes, vinculado diretamente ao orçamento do Poder Executivo? Já tem pelo menos uns três anos que isso não acontece. E posso dizer que isso é fruto dos grandes avanços que tivemos, na condição de Relator do Orçamento, junto com o próprio Budal, que fez com que tivéssemos algumas negociações com os Poderes, aliviando o caixa do Estado, mesmo sem que diminuíssemos o percentual. Conseguimos equalizar algumas despesas, que antes eram feitas pelo Estado do Paraná, pelo Poder Executivo e foram transmitidas para os seus respectivos Poderes. Então, questões como essa que de fato me levam a crer, Sr. Secretário, que você tem uma das melhores cabeças do Estado do Paraná, hoje, na tua diretoria-geral. Então, quero apenas parabenizá-los e desejar a cada um de vocês que tenham serenidade para ouvir. Mais do que apenas julgar quem está trazendo a informação, mas ouvir e analisar

a informação. Discutir, debater, porque esse é o papel que precisamos da Secretaria da Fazenda. Então, parabéns, que Deus abençoe essa jornada.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Deputado Tiago, muito obrigado pelo carinho e respeito. De fato, o tempo dirá. Eu procurei, dentro da competência técnica instalada na Fazenda, selecionar os melhores para ocupar neste momento a função. Foram comigo duas pessoas para a Fazenda, duas pessoas. Um que é motorista meu já há muito tempo, mas que na Agricultura nem usava, só para viajar, você sabe disso. Eu ia com o meu “Borinha” trabalhar todo dia. E foi um auxiliar de gabinete, um formando de Direito que me ajuda ali. As demais pessoas, com muito dó, deixei lá na Agricultura, para ajudar exatamente a tocar a vida com o Natalino. Confio na capacidade técnica, analítica, na pureza de propósito daqueles que estão comigo, o Luiz também. Aliás, só para demonstrar isso, o Luiz entrou lá ganhando menos. Ele se enquadrou naquilo que é de fato a função de diretor-geral e optou por receber menos do que poderia receber, o que mostra de fato a grandeza de propósito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo Parlamentar, Deputado Corti.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Quero Cumprimentar o Sr. Secretário da Fazenda do Estado do Paraná. Ontem o nosso Secretário da Agricultura – só por 14 anos –, e agora de fato vai para a pasta da qual está habilitado. Estava emprestado para a Agricultura, porque não é agrônomo, não é veterinário, mas técnico-agrícola, com todo o meu respeito. E lá fez um domínio absoluto indo nas questões da infectologia; indo nas questões da produção; indo nas questões da malha viária; podendo entender as mais complexas ações da agricultura do Estado do Paraná. Vem para pasta tão importante que é cuidar de números, cuidar do dinheiro do Estado do Paraná, cuidar da gestão do Estado do Paraná, que exige uma atenção hiperespecial. Sua Excelênciia Sr. Governador foi extremamente feliz ao convidá-lo pela sua capacidade técnica e, também, pela sua capacidade de comunicação, componente tão importante e imprescindível para quem toca essa pasta, porque todos acham, quem não conhece a vida por

dentro, que recursos sobram por toda parte, e os recursos têm limite em todas as pastas, em todos os governos. Em que salienta que o Estado do Paraná será um Estado muito próspero, o Estado mais próspero da Nação Brasileira, e é importante que propaguemos porque ninguém vem para um Estado quebrado; ninguém vem para um Estado desarrumado; ninguém vem para um Estado desmoralizado. Então, é muito importante, Norberto, essa posição que tu tens enquanto Secretário, que vai ajudar muito o presente e o futuro do Estado do Paraná, propagando este Estado saudável que estamos vivendo em nível de Paraná. Não me canso de propagar que o Brasil cresceu bem no ano passado e o Paraná cresceu duas ou três vezes a mais, mas que, agora, Norberto, na área da agricultura sofremos um revés. Essa estiagem da segunda quinzena de dezembro do ano passado vai encolher a nossa produção em 5 milhões de toneladas, e isso vai deixar uma circulação menor de cerca de R\$ 10 bilhões no comércio dos nossos municípios, na geração de renda dos nossos municípios. E S.Ex.^a, é claro, já coloca o número aqui juntando a pecuária, que acho que as coisas acabam se compensando e já colocaste um número de recuo de apenas 1%. Mas, quero lhe cumprimentar, quero dizer que o Estado do Paraná estará em boas mãos, como está no presente momento, e que, por aptidão e por dever moral, tenho certeza absoluta de que quem trabalha com a receita, como um Prefeito, Hussein, você que já foi Prefeito e tantos outros que estão aqui já foram, você trabalha com o dinheiro que se tem, e o dinheiro que se tem você faz a divisão entre os vários segmentos do Governo. E a tua predisposição para esta área da agricultura, da qual temos uma militância muito grande e fizemos parte dela, e que o Estado é muito forte e cada vez vem crescendo mais, em todas as pontas do Paraná, nós que estivemos lá em Paranavaí e de lá, Norberto, onde está a Agropic, que está com 3 mil matrizes, que vem lá para a região da Cantuquiriguçu, onde teremos lá 30 mil matrizes com a produção de 1 milhão de suínos a mais por ano, o que inegavelmente vai nos levar à condição de maior produtor de suínos do Paraná. Vossa Excelência que derive ações em favor da agricultura, a agricultura que Vossa Excelência contribui tanto para o nosso Estado. Não tenho dúvida nenhuma de que na Fazenda todos estaremos mais à vontade para lidar com

Vossa Excelência estando lá. Sucesso, conte conosco! Estamos em boas mãos. Parabéns ao Ex.^{mo} Sr. Governador. E Vossa Excelência é um dos homens que faz parte do eixo nevrálgico da condução do Estado... (É retirado o som.)

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Muito obrigado, Deputado Luís Corti, pela consideração e pelo carinho. Um pouco de cabelo branco, não é, um pouco de conhecimento, um pouco de vivência e muito apoio dos senhores, de Parlamentares como você e outros que têm uma visão absolutamente crítica positiva com relação às nossas potencialidades, tanto de produção agrícola quanto de processamento, de geração de valor. Esses exemplos que o senhor deu ali de Agroceres Pic, para quem não sabe, um backup da genética mundial de suínos está em Paranavaí, lá no Cristo Rei, um distrito que fica a 50 quilômetros. Só tem nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Brasil, sustentando a expansão de potenciais novos investimentos. Assim como é o peixe lá em São Jorge, em Terra Rica, em qualquer banda que você olhe tem alguém sendo motivado para gerar mais valor. E, obviamente, pela sua formação na área e pela sua vivência como Ex-Prefeito, como ex-Chefe do nosso Núcleo de Pato Branco, sabe que falamos a mesma linguagem e comungamos dos mesmos propósitos. Obrigado pelo carinho e pelo apoio, Luís Corti.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo Deputado a questionar, Deputado Fabio.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente, boa tarde. Boa tarde, Secretário Norberto Ortigara. Boa tarde, Luiz. Na verdade não é um questionamento, seria mais algumas palavras aqui para expressar o meu contentamento pelo Governador do nosso Estado colocar o seu nome como nosso Secretário de Economia aqui do Governo do Estado. Tive o prazer de trabalhar diretamente não só com a Secretaria da Agricultura, mas com V.Ex.^a, desde 2019, quanto estive como Diretor de Administração e Finanças do Paraná Projetos, durante a pandemia, quando desenvolvemos o Plano de Retomada Econômica do Governo do Estado, e também no momento em que estava encerrando a economia, quando iniciei o projeto do Paraná Produtivo, onde a Secretaria da

Agricultura foi uma das mais Secretarias mais participantes e que, claramente, pela sua direção, percebíamos que tinha muita qualidade e muita técnica envolvida lá. Tenho certeza de que essa condição e essa qualidade que você demonstrou como Secretário da Agricultura vai ser manifesta, também, na nossa Secretaria da Economia do Governo do Estado, não só pelo currículo que lhe precede, mas também pela sua competência e pela sua forma de fazer política. Acho que um primeiro gol você já marcou ali na Secretaria ao colocar o Luiz como DG. O Luiz, das vezes em que participei com ele de algumas reuniões, sempre reuniões técnicas, que é a forma como tenho me pautado aqui dentro da Assembleia Legislativa, sempre foi muito assertivo, com números, com informações, com os dados do Estado já na ponta da língua. Então, acredito que teremos aí anos promissores no Governo do Estado, com o novo Secretário da Economia que temos no nosso Estado. Quero lhe dar os parabéns, mais uma vez. A pauta da substituição tributária é uma pauta que temos defendido, inclusive com o setor produtivo do nosso Estado, reunimo-nos recentemente, oficiei-lhe sobre isso, e é algo que entendo ser uma prioridade nossa, para que possamos modernizar a substituição tributária aqui do Governo do Estado. Então, desejo-lhe os melhores votos na Secretaria, mas principalmente que, iluminado por Deus, sejam anos excelentes para o nosso Governo do Estado através da Secretaria.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Amém. Daqui uns quatro anos mais ou menos, já saindo da função, quero tomar um vinho superior ali em Guarapuava produzido pelo Fabio Oliveira, que é produtor rural e vai investir na produção de uvas viníferas de primeira linha. Parabéns. Obrigado pelo carinho, Fabio. Tive o privilégio já, em 21 dias, de visitar a Ocepar, de me expor perante a Faciap, a Fiep e a Fecomércio, mostrando o nosso propósito desta relação mais amistosa, mais natural, mais tranquila com o setor produtivo, essa disposição orientada pelo próprio Governador – ele faz diretamente isso, mas fomos lá como área fazendária do Paraná, como gestores dos recursos, mostrar os nossos propósitos e ouvir muitas sugestões, muitas contribuições para o aperfeiçoamento das políticas. Então, o senhor sempre foi um cidadão que nos orientou, nos ajudou a conceber o melhor – como é que vai para a frente, como é que evoluímos, como é que

superamos dificuldades. Então, agradeço pelo seu carinho e pelas suas palavras de apoio, obviamente me esforçando para honrar o cargo, procurando fazer o melhor, certamente com bastantes defeitos, mas com algumas virtudes, vamos procurar, com o time que temos, dar o melhor de nós.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Maria Victoria.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): Obrigada, Presidente. Não poderia deixar de me manifestar aqui no dia de hoje, das as boas-vindas ao Ortigara nesta Casa, nosso novo Secretário da Fazenda. Quero lhe desejar muito sucesso nesta nova missão. Foi um brilhante Secretário da Agricultura, sempre nos recebeu muito bem, fez um trabalho muito bom pelo Estado do Paraná, está também muito bem representado pelo Natalino, esteve conosco na Expolnágá, na Assembleia Itinerante, participamos de alguns eventos em conjunto e ele tenho certeza de que vai honrar o seu caminho e os seus passos lá na Secretaria, da mesma forma com que o senhor vai fazer um bom trabalho, deixar um legado importante na Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná. Que Deus lhe abençoe sempre! E conte sempre conosco aqui na Assembleia Legislativa. Parabéns e sucesso!

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Muito obrigado, Deputada, pelo respeito e pelo carinho. É recíproco. Sempre tivemos uma interlocução muito *papo reto*. Muito *papo reto* das nossas possibilidades de parceria. Então, agradeço este apoio de V.Ex.^a e me coloco à disposição para continuar cooperando a favor do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Encerrando, então, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Na condição de Líder do Governo, gostaria de dizer que essa peça que está ali, o “Nao”, é uma figura fantástica, é um funcionário público exemplar, extremamente preparado, talhado. Eu não tenho dúvida que com toda essa equipe aqui, mais com o Budal, fará um belo trabalho. Não é uma missão fácil, sabemos disso. Os contratemplos nacionais, mundiais, sempre refletem no nosso dia a dia, Presidente. E eu, inclusive, quero deixar claro aqui que sou extremamente favorável a essa questão de benefícios fiscais. Eu sou

extremamente favorável. Pergunte qual o Estado que gera emprego, é o Estado que oferece benefícios. Pergunte qual é o município que vai gerar emprego, é o que oferece um terreno, é o que oferece isenção fiscal. Então, é gostoso gerar emprego? É. Mas daí não dá nada em troca? É natural. Esse processo é natural. Agora, concordo com os Deputados aqui de que é necessário quanto mais transparência possível. Eu quero desejar todo sucesso do mundo. Dizer que o senhor vai ter aqui um apoio total na Assembleia. Nós temos uma base composta por cerca de 44 Deputados que o senhor pode contar no dia a dia, e dizer para o senhor que olhe com carinho por nós.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Muito obrigado, Líder. O senhor sabe do respeito que tenho pelo senhor, faz um belo papel aqui de coordenação, de representar o Governo nos debates e nos embates aqui, sempre com muita competência. Espero retribuir ao Presidente, aos Deputados, ao senhor particularmente, essa condição de apoio que nos oferecem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Bom, Sr.^s Deputados e Deputadas e quem nos assiste, queremos agradecer ao Luiz Budal, que hoje assume a função de Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda. É um orgulho ter alguém que já trabalhou nesta Casa hoje dirigindo uma das mais importantes Secretarias do Estado. O Secretário Ortigara dispensa comentários pela sua forma muito simples de contatar com todos e todas, com as entidades representativas. E posso afirmar que passaram no vestibular, tanto o Luiz quanto o Ortigara, pela clareza das informações, pela precisão de dados, de números. Ortigara, esta Casa aqui com certeza sempre estará aberta a V.Ex.^a, ao Luiz e a toda a equipe da Secretaria da Fazenda. Desejamos sucesso a esta nova equipe que, há poucos dias, assumiu o comando da Secretaria. Neste momento, **declaro encerrada a presente Audiência Pública.**

Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para segunda-feira, à hora regimental, e uma **Sessão Extraordinária** na sequência, com as seguintes **Ordens do Dia: Sessão Ordinária - 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 561/2023, 935/2023,**

1.051/2023, 161/2024, 166/2024, 167/2024, 168/2024, 173/2024, 176/2024, 195/2024, 234/2024, 255/2024 e 266/2024 e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^ºs 858/2023, 117/2024, 343/2024 e 345/2024; **Sessão Extraordinária - 2.^a** Discussão dos Projetos de Lei n.^ºs 117/2024, 343/2024 e 345/2024.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Só para reforçar o convite para a Sessão Solene de amanhã dos 50 anos da Itaipu. Fica aí o convite para todos que estão aqui e para quem está acompanhando também esta Sessão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Achei que V.Ex.^a ia fazer um convite para virem à Sessão na segunda-feira aqui, prestigiar esta Casa, toda sua equipe, da APP.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Na segunda-feira estarão. Com certeza, estarão. Já no domingo estou a caminho de Curitiba.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Eles sempre serão bem-vindos nesta Casa.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não consegui pegar aqui. Vossa Excelência fez uma leitura de duas Sessões na segunda?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Duas Sessões, uma Ordinária e a outra Extraordinária. Equivoquei-me, é uma Extraordinária!

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Inclusive falar, vindo para cá, vi uns índios chegando.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O quê?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Índio.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Índio?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É, não entendi.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): É, mas eles têm escola também, eu acho, não é?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Ah, vamos ver o que é.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O Lemos frequenta muito essa região aí.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não sei. Só queria avisá-los, porque eles não constam do *Projeto Parceiro da Escola*. Mas, se vierem para nos visitar, está bom.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): E eu quero me manifestar aqui, mesmo sendo Presidente, apoio total e integral ao *Projeto Parceiro da Escola*.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h37, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)